

**BV Leasing – Arrendamento
Mercantil S.A.**

**Demonstrações Contábeis
em 31 de dezembro de 2019**

ÍNDICE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	4
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
BALANÇO PATRIMONIAL	10
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	12
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	13
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	15
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	16
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES	17
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	17
3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	22
5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	22
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	23
7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO	24
8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS	27
9. OUTROS VALORES E BENS	28
10. INVESTIMENTOS	28
11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	28
12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS	29
13. OUTRAS OBRIGAÇÕES	29
14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	30
15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL	30
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30
17. TRIBUTOS	32
18. PARTES RELACIONADAS	34
19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO	34
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	35
21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL	36
22. OUTRAS INFORMAÇÕES	42
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	44
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	45

BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A.

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as demonstrações contábeis da BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A. relativas aos períodos encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Dentro de uma estratégia de diversificação de produtos do acionista Banco BV, a BV Leasing tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos.

A BV Leasing encerrou Dez.19 com saldo de carteira de crédito de R\$ 97,7 milhões, ante R\$ 191,7 milhões em Dez.18.

Em 2019, a BV Leasing registrou prejuízo líquido de R\$ 20,3 milhões, ante lucro líquido de R\$ 13,9 milhões em 2018.

Adicionalmente, em 2019 não foram prestados pelos auditores independentes quaisquer serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

A administração da BV Leasing agradece aos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020.

A Diretoria



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas e ao Conselho de Administração da
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião com ressalva

A Companhia registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionando nas Notas Explicativas às demonstrações contábeis nº 3h e 7. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício correntes. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

Veja as Notas Explicativas nº 3h e 7 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 3h e 7, para fins de mensuração da provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, a Companhia classifica suas operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira,	Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados ao processos de aprovação dos níveis de risco ("ratings") das operações de arrendamento mercantil utilizados como base para o cálculo da provisão para operações de liquidação duvidosa, bem como ao processo de conciliação das bases analíticas com os saldos contábeis.

<p>grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias e demais fatores e premissas da regulamentação vigente, sendo “AA” o risco mínimo e “H” o risco máximo. A Companhia aplica inicialmente os percentuais de perda determinados pela regulamentação a cada nível de risco para fins do cálculo da provisão e complementa, quando necessários, suas estimativas com base em estudos internos. A classificação das operações em níveis de risco envolve premissas e julgamento da Companhia, baseadas em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa representa a melhor estimativa da Companhia, quanto às perdas da carteira.</p> <p>Devido à relevância das operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito, às incertezas e julgamentos relacionados à estimativa de provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa e ao impacto que eventuais alterações das premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria.</p>	<p>Com base em amostragem, avaliamos a documentação cadastral disponibilizada pela Administração que suporta o rating do cliente com base nas Políticas Internas de Crédito.</p> <p>Efetuamos o recálculo da provisão de arrendamento mercantil com base nos requerimentos da Resolução 2.682/99 para a carteira de operações de arrendamento mercantil.</p> <p>Efetuamos a movimentação do rating dos principais clientes e avaliamos a documentação suporte para classificação dos mesmos.</p> <p>Por fim, avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 3h e 7, estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>
--	---

Provisões e passivos contingentes

Veja as Notas Explicativas nºs 3n e 20 das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme mencionados nas notas explicativas nºs 3n e 20, a Companhia constitui provisão para demandas cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas operações. As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações e pelo julgamento da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos, com base nos elementos do processo, complementadas pela experiência de demandas semelhantes.</p> <p>Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevantes para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho dos controles internos relacionados a avaliação, a classificação, e a aprovação do risco processual, assim como a revisão do cálculo da provisão e a suficiência da provisão registrada pela Administração.</p> <p>Confirmamos com os assessores jurídicos externos que a base de contingências é íntegra e precisa por meio de conciliação das respostas dos assessores contra a base da Companhia.</p> <p>Com base em testes, avaliamos a determinação do risco processual das causas para assuntos e valores relevantes da Companhia, por meio da avaliação dos critérios utilizados na metodologia de mensuração dos valores provisionados, bem como dados e informações históricas. Efetuamos ainda, a comparação entre os valores pagos e</p>

	<p>provisionados para os casos encerrados ao longo do semestre (<i>back test</i>).</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 3n e 20, estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o nível de provisionamento e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.</p>
--	--

Projeção de resultados futuros para a realização de ativos fiscais diferidos

Veja as Notas Explicativas nºs 3m e 17e das demonstrações contábeis

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>As demonstrações contábeis incluem ativos relativos a créditos tributários, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura baseadas no plano de negócios e orçamento preparados pela Companhia e aprovados em seus níveis de governança. Para elaborar as projeções de resultados futuros para fins, entre outros, de verificar a realização de ativos, a Companhia adota premissas baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico, como taxa de juros, taxa de inflação, entre outras, considerando o desempenho atual e passado e o crescimento esperado no mercado de atuação.</p> <p>Devido à relevância dos saldos relativos a esses ativos (créditos tributários), por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura e pelo impacto que eventuais alterações das premissas poderiam gerar nos valores registrados nas demonstrações contábeis, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins da elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização de ativos.</p> <p>Com o envolvimento de nossos especialistas em finanças corporativas, avaliamos a razoabilidade das premissas utilizadas pela Companhia, o recálculo faz projeções baseadas em tais premissas e se as mesmas atendiam às diretrizes da regulamentação vigente.</p> <p>Com o apoio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração em que são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos e o estudo de capacidade de realização dos ativos fiscais diferidos.</p> <p>Adicionalmente, confrontamos os dados aprovados no orçamento do ano anterior versus o resultado real em 2019, assim como o enquadramento com os requisitos da Resolução CMN nº 3.059/02.</p> <p>Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 3m e 17e, estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitáveis as projeções de resultados futuros as quais são base para a realização dos ativos fiscais diferidos e as divulgações efetuadas no contexto das demonstrações contábeis</p>

	tomadas em conjunto.
--	----------------------

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em

relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP014428/O-6

João Paulo Dal Poz Alouche

Contador CRC 1SP245785/O-2

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 dezembro 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE		673.936	5.243.911
Disponibilidades	4	978	202
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5a	626.862	2.874.316
Aplicações no mercado aberto		626.862	2.874.316
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6a	1.605	2.356.180
Carteira própria		1.605	2.356.180
Operações de Arrendamento Mercantil		(901)	38
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	42.806	150.617
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(42.793)	(150.147)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(914)	(432)
Outros Créditos	8	44.809	12.714
Diversos		44.809	12.714
Outros Valores e Bens	9	583	461
Bens não de uso próprio		638	887
(Provisão para desvalorizações)		(378)	(465)
Despesas antecipadas		323	39
ATIVO NÃO CIRCULANTE		1.264.623	741.894
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.165.457	542.563
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	6a	651.816	-
Carteira própria		651.816	-
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.284)	14
Arrendamento a receber - Setor privado	7a	61.049	58.307
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	7a	(61.030)	(58.126)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	7f	(1.303)	(167)
Outros Créditos	8	514.880	542.481
Diversos		514.880	542.481
Outros Valores e Bens	9	45	68
Despesas antecipadas		45	68
PERMANENTE		99.166	199.331
Investimentos	10	-	7.779
Outros investimentos		23.382	23.382
(Imparidade acumulada)		(23.382)	(15.603)
Intangível		-	-
Ativos intangíveis		186	186
(Amortização acumulada)		(186)	(186)
Imobilizado de Arrendamento	11a	99.166	191.552
Bens arrendados		313.569	434.782
(Insuficiência de depreciação)		(59.501)	(53.972)
(Depreciações acumuladas)		(154.902)	(189.258)
TOTAL DO ATIVO		1.938.559	5.985.805

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31 dezembro 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE		936.386	2.697.681
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	897.877	2.646.775
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		897.877	2.646.775
Outras Obrigações		38.509	50.906
Sociais e estatutárias		-	8.500
Fiscais e previdenciárias	13a	6.332	7.250
Credores por antecipação de valor residual	7c	627	350
Diversas	13b	31.550	34.806
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		35.003	2.305.599
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		35.003	2.305.599
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	12a	34.109	2.305.357
Recursos de debêntures		34.109	2.305.357
Outras Obrigações		894	242
Credores por antecipação de valor residual	7c	894	135
Diversas	13b	-	107
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		967.170	982.525
Capital		932.512	932.512
De domiciliados no País	16a	932.512	932.512
Reservas de Lucros	16b	25.680	50.013
Ajuste de avaliação patrimonial	16d	8.978	-
TOTAL DO PASSIVO		1.938.559	5.985.805

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		146.262	327.050	632.413
Operações de arrendamento mercantil	7b	91.415	169.293	204.115
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	54.847	157.757	428.686
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6d.1	-	-	(388)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(123.402)	(286.291)	(577.241)
Operações de captação no mercado	12b	(43.103)	(137.972)	(414.843)
Operações de arrendamento mercantil	7b	(83.415)	(146.581)	(163.092)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	3.116	(1.738)	694
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		22.860	40.759	55.172
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(21.415)	(63.756)	(28.522)
Outras despesas administrativas	14a	(3.586)	(5.631)	(7.506)
Despesas tributárias	17c	(2.133)	(42.120)	(6.341)
Outras receitas operacionais	14b	1.330	3.079	3.326
Outras despesas operacionais	14c	(17.026)	(19.084)	(18.001)
RESULTADO OPERACIONAL		1.445	(22.997)	26.650
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	(7.551)	(6.930)	(9.214)
Receitas não operacionais		149	1.016	426
Despesas não operacionais		(7.700)	(7.946)	(9.640)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		(6.106)	(29.927)	17.436
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17a	83	9.606	(3.544)
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO		(6.023)	(20.321)	13.892
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	16c	-	-	(21.500)
LUCRO / (PREJUÍZO) POR AÇÃO				
Lucro / (prejuízo) por lote de mil ações - R\$		(11.809,80)	(39.845,10)	27.239,22
Quantidade de ações (lote de mil)		510	510	510

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(6.023)	(20.321)	13.892
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES QUE SERAO RECLASSIFICADOS SUBSEQUENTEMENTE PARA O RESULTADO:				
Varição no valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	16d	8.978	8.978	-
Ajuste ao valor justo contra o Patrimônio Líquido		14.963	14.963	-
Efeito fiscal		(5.985)	(5.985)	-
Resultado Abrangente		2.955	(11.343)	13.892

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Capital realizado	Reserva Legal	Outras Reservas			
Saldos em 31.12.2017		932.512	44.305	31.801	-	-	1.008.618
Dividendos intermediários		-	-	(9.300)	-	-	(9.300)
Juros sobre Capital Próprio intermediários		-	-	(21.500)	-	-	(21.500)
Lucro Líquido do período		-	-	-	-	13.892	13.892
Destinações:							
Reserva legal		-	695	-	-	(695)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(3.299)	(3.299)
Dividendos adicionais		-	-	-	-	(5.886)	(5.886)
Reserva estatutária para expansão		-	-	4.012	-	(4.012)	-
Saldos em 31.12.2018		932.512	45.000	5.013	-	-	982.525
Mutações do período		-	695	(26.788)		-	(26.093)
Saldos em 30.06.2019		932.512	45.000	1.001	-	(14.298)	964.215
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	16d	-	-	-	8.978	-	8.978
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(6.023)	(6.023)
Absorção do prejuízo		-	(19.320)	(1.001)	-	20.321	-
Saldos em 31.12.2019		932.512	25.680	-	8.978	-	967.170
Mutações do período		-	(19.320)	(1.001)	8.978	14.298	2.955
Saldos em 31.12.2018		932.512	45.000	5.013	-	-	982.525
Ajustes de avaliação patrimonial de títulos e valores mobiliários, líquido de impostos	16d	-	-	-	8.978	-	8.978
Dividendos intermediários	16c	-	-	(4.012)	-	-	(4.012)
(Prejuízo) do período		-	-	-	-	(20.321)	(20.321)
Absorção do prejuízo		-	(19.320)	(1.001)	-	20.321	-
Saldos em 31.12.2019		932.512	25.680	-	8.978	-	967.170
Mutações do período		-	(19.320)	(5.013)	8.978	-	(15.355)

O Lucro / (prejuízo) por Ação está divulgado na Demonstração do Resultado.

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e semestre findo em 31 de dezembro de 2019

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Resultado antes dos Tributos e Participações		(6.106)	(29.927)	17.436
Ajustes ao Lucro / (prejuízo) antes dos tributos e participações		53.347	121.560	180.372
Provisão para arrendamento mercantil e outros créditos	7f	(3.116)	1.738	(694)
Depreciações e amortizações		46.476	110.950	128.561
Insuficiência de depreciação		6.928	5.528	29.233
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos		7.780	7.780	8.970
(Lucro) / prejuízo na alienação de valores e bens		(80)	166	1.041
Provisão / (reversão) para desvalorização de outros valores e bens	15	(10)	(87)	(426)
Despesas / (reversão) com provisões cíveis e fiscais	20d.1	(4.631)	(4.515)	13.687
Lucro / (prejuízo) ajustado antes dos Tributos e Participações		47.241	91.633	197.808
Variações Patrimoniais		(1.355.471)	(1.663.481)	(6.075.069)
(Aumento) / redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		12	6	332.556
(Aumento) / redução em títulos para negociação e instrumentos financeiros derivativos		(50)	2.354.442	(2.351.623)
(Aumento) / redução em operações de arrendamento mercantil		6.990	499	(162)
(Aumento) / redução em outros créditos líquidos dos impostos diferidos		(466)	(1.338)	(19.989)
(Aumento) / redução em outros valores e bens		233	(178)	753
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos		(740)	(4.293)	(9.141)
(Redução) / aumento em recursos de aceites e emissão de títulos		(1.371.724)	(4.020.146)	(4.025.811)
(Redução) / aumento em obrigações por empréstimos e repasses		-	-	(7.973)
(Redução) / aumento em outras obrigações		10.274	7.527	6.321
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS OPERAÇÕES		(1.308.230)	(1.571.848)	(5.877.261)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
(Aquisição / aumento) de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		(636.805)	(636.853)	(119)
(Aquisição / aumento) de investimentos		-	-	(72)
(Aquisição) de imobilizado de arrendamento		(122.971)	(277.859)	(127.825)
Alienação / redução de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda		133	133	-
Alienação de imobilizado arrendamento		98.687	253.767	24.047
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(660.956)	(660.812)	(103.969)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento				
Dividendos / Juros sobre o capital próprio pagos		-	(14.012)	(34.134)
CAIXA GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		-	(14.012)	(34.134)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1.969.186)	(2.246.672)	(6.015.364)
Início do período		2.597.026	2.874.512	8.889.876
Fim do período	4	627.840	627.840	2.874.512
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(1.969.186)	(2.246.672)	(6.015.364)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
e semestre findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre/ 2019		Exercício/ 2019		Exercício/ 2018	
Receitas		126.131		302.377		609.218	
Receita da intermediação financeira		146.262		327.050		632.413	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7f	3.116		(1.738)		694	
Outras receitas / (despesas)	14b / 14c / 15	(23.247)		(22.935)		(23.889)	
Despesas da intermediação financeira		(80.042)		(173.603)		(449.374)	
Insumos adquiridos de terceiros		(3.582)		(5.621)		(7.487)	
Serviços de terceiros	14a	(77)		(80)		(5)	
Processamento de dados	14a	(356)		(1.136)		(1.217)	
Propaganda e publicidade	14a	(29)		(163)		(160)	
Serviços do sistema financeiro	14a	(176)		(227)		(686)	
Serviços técnicos especializados	14a	(2.619)		(3.269)		(3.538)	
Emolumentos judiciais e cartorários	14a	(292)		(633)		(724)	
Impostos e multas de bens arrendados	14a	(17)		(75)		(813)	
Despesas de contribuições filantrópicas	14a	-		-		(194)	
Outras	14a	(16)		(38)		(150)	
Valor Adicionado Bruto		42.507		123.153		152.357	
Despesas de amortização / depreciação		(46.476)		(110.950)		(128.561)	
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade		(3.969)		12.203		23.796	
Valor Adicionado a Distribuir		(3.969)	100,00%	12.203	100,00%	23.796	100,00%
Valor Adicionado Distribuído		(3.969)	100,00%	12.203	100,00%	23.796	100,00%
Impostos, Taxas e Contribuições		2.050	-51,65%	32.514	266,44%	9.885	41,54%
Federais		927		10.852		5.705	
Estaduais		21		153		492	
Municipais		1.102		21.509		3.688	
Remuneração de Capitais de Terceiros		4	-0,10%	10	0,08%	19	0,08%
Aluguéis	14a	4		10		19	
Remuneração de Capitais Próprios		(6.023)	151,75%	(20.321)	-166,52%	13.892	58,38%
Dividendos / Juros sobre capital próprio		-		-		9.185	
(Prejuízo) / Lucro retido		(6.023)		(20.321)		4.707	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

1. A BV LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. (“Companhia”) é uma companhia de capital fechado que tem por objeto social, principalmente, a realização de operações de arrendamento mercantil de veículos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que compõem o Conglomerado Financeiro Votorantim (“Conglomerado”) e atuam integralmente, inclusive em relação ao gerenciamento de riscos, e certas operações tem a coparticipação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

Em reunião do Conselho de Administração do Banco Votorantim S.A., realizada em 7 de novembro de 2019, foi aprovado o plano para transformação da BV Leasing – Arrendamento Mercantil S.A. em Banco Múltiplo, cuja reestruturação societária é sujeita a aprovações regulatórias.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), apresentados em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo permanente, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela Companhia, quando aplicável: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil - Financeiro, CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A Companhia aplica o pronunciamento CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado que não é conflitante com as normas do BACEN, conforme determina a regulamentação vigente.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Administração em 06 de fevereiro de 2020.

Declaração de conformidade

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão evidenciadas nas Demonstrações Contábeis, e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme.

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda de apresentação e a moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para todas as entidades do Conglomerado.

c) Mensuração a valor presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob o controle da Companhia, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

f) Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago reduzido da provisão para perda, quando julgado necessário, e classificados em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme regulamentação vigente:

Títulos para negociação: Títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda: Títulos que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados pelo seu valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzidos dos efeitos tributários; e

Títulos mantidos até o vencimento: Títulos adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. Estes títulos são acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e não são ajustados ao seu valor de mercado. Para os papéis reclassificados para esta categoria, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

A metodologia de ajuste a valor de mercado foi estabelecida com observância de critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração, ou, na falta deste, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados por fontes externas ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índices de preços e moedas, além de eventuais ajustes nos preços de títulos de baixa liquidez, todas devidamente aderentes aos preços praticados no período. O valor de mercado contempla o risco de crédito do emissor (ajuste de *spread* de crédito).

Os rendimentos auferidos com os títulos e valores mobiliários, independentemente da categoria em que estão classificados, são apropriados *pro rata die*, com base na variação do indexador e nas taxas de juros pactuados, pelo método exponencial ou linear, até a data do vencimento ou da venda definitiva do título, sendo reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizados pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como Lucro ou Prejuízo com títulos e valores mobiliários.

g) Instrumentos financeiros derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo seu valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização. O valor de mercado contempla o risco de crédito da contraparte (ajuste de *spread* de crédito).

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de risco de mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge* têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de risco de mercado e permanecem registrados no Balanço, como nos casos de contratos de créditos cedidos com retenção substancial dos riscos e benefícios, quando aplicável, o saldo de ajuste de marcação a mercado é reconhecido no resultado pelo prazo remanescente das operações.

Hedge de fluxo de caixa: na categoria de *hedge* de fluxo de caixa são classificados os instrumentos financeiros derivativos destinados a compensar a variação do fluxo de caixa futuro estimado da instituição. Para estas operações os instrumentos financeiros derivativos são ajustados ao valor de mercado, sendo que a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações, líquida dos efeitos tributários, registra-se na conta destacada do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

Para os itens objeto que são descontinuados da relação de *hedge* de fluxo de caixa e permanecem registrados no Balanço, a reserva acumulada no patrimônio líquido é imediatamente transferida para o resultado do período.

h) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Arrendamentos a receber: registra o valor das contraprestações a receber no prazo do contrato, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente e classificados no ativo circulante ou no realizável a longo prazo.

Rendas a apropriar de arrendamento a receber: são apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período, observadas as normas da Portaria MF nº 140/1984. As rendas das operações de crédito deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa: as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto aos níveis de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos pelo CMN, que requer a análise da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 14 dias como operações em curso anormal.

Com relação ao período de atraso verificado nas operações com prazo a decorrer superior a 36 (trinta e seis) meses, a Companhia deixou de adotar a partir de dezembro de 2019 a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis nas operações do varejo, bem como nas operações do atacado que seguem avaliação interna.

As rendas das operações de arrendamento mercantil deixam de ser apropriadas para resultado enquanto as operações apresentarem atraso superior a 59 dias.

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de arrendamento mercantil já baixadas para prejuízo são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes de renegociação de contrato em atraso acima de 59 dias em prejuízo são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota Explicativa nº 7e).

Superveniência / (Insuficiência) de Depreciação: o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas “Superveniência / Insuficiência de depreciações” do Imobilizado de Arrendamento, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular nº 1.429/1989 do BACEN e contabilizado no resultado.

Resultado na alienação quando da opção de compra do bem arrendado:

Lucro – reconhecido por ocasião do exercício de opção de compra.

Prejuízo – a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamento a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular nº 1.429/1989, do BACEN.

i) Outros valores e bens

Bens não de uso próprio

Registram-se como bens não de uso próprio da instituição os bens adjudicados, recebidos em dação em pagamento ou por qualquer outra forma recepcionados para a liquidação ou amortização de dívidas, tomando-se por base os seguintes critérios de reconhecimento desses ativos:

O valor dos bens é registrado considerando os seguintes critérios:

- Bens com valor superior a R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico de empresa terceirizada e não ligada à Companhia;
- Bens com valor entre R\$ 25.550,00 e R\$ 51.100,00: são registrados pelo valor obtido através de laudo técnico; e
- Bens com valor inferior a R\$ 25.550,00: são registrados pelo saldo médio obtido nas vendas dos últimos 6 meses, levando em consideração as características do bem.

Adicionalmente, no caso de recuperação de créditos mediante dação de bens em pagamento, são observados os seguintes procedimentos:

- Quando a avaliação dos bens for superior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado é igual ao montante do crédito, uma vez que não é permitida a contabilização do diferencial como receita; e
- Quando a avaliação dos bens for inferior ao valor contábil dos créditos, o valor registrado limita-se ao montante da avaliação dos bens.

A Companhia avalia periodicamente, se há alguma indicação de que esses bens possam ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a entidade estima o seu valor recuperável. Se o valor recuperável for inferior que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em "Despesas não operacionais".

Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida que forem sendo realizadas.

A remuneração de originação de operações de arrendamento mercantil são reconhecidas integralmente como despesa conforme Resolução CMN nº 4.294/2013.

j) Ativo permanente

Investimentos: os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de arrendamento: o imobilizado de arrendamento é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido pela respectiva depreciação calculada pelo método linear e de forma acelerada nos casos previstos na regulamentação vigente. Em decorrência da aplicação da Resolução CMN nº 4.534 emitida em 24 de novembro de 2016 cujos requerimentos para os ativos diferidos se aplicam a partir da data de emissão da norma, as perdas em arrendamentos foram reclassificadas para o ativo imobilizado de arrendamento.

k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

A Companhia avalia no mínimo anualmente se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, a Companhia deve estimar o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado em Outras Despesas Administrativas ou Outras Despesas Operacionais, de acordo com a natureza do ativo.

l) Captações no mercado aberto e recursos de aceites e emissão de títulos

As captações no mercado são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do Balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

Os custos incorridos na emissão de títulos ou outras formas de captação que se enquadram como custos de transação são reconhecidos no resultado por regime de competência pelo prazo das operações originárias.

m) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquotas vigentes
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS / PASEP	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	De 2% a 5%

⁽¹⁾ A alíquota aplicada às empresas financeiras de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 foi de 20%. Em janeiro de 2019 a alíquota voltou a ser de 15%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.355/2006 e CMN nº 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

A Companhia reconhece o Imposto de Renda diferido, calculado à alíquota de 25% sobre o ajuste de superveniência de depreciação da carteira de arrendamento mercantil.

n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 (Nota Explicativa nº 20).

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é realizado nas Demonstrações Contábeis.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas Notas Explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais são processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de sucesso dos processos judiciais em andamento, tem os seus montantes reconhecidos integralmente nas Demonstrações Contábeis.

o) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Disponibilidades	978	202
Disponibilidades em moeda nacional	978	202
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	626.862	2.874.310
Aplicações no mercado aberto - Revendas a liquidar - Posição bancada	626.862	2.874.310
Total	627.840	2.874.512

⁽¹⁾ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2019	31.12.2018
Aplicações no mercado aberto		
Revendas a liquidar - Posição bancada	626.862	2.874.316
Letras Financeiras do Tesouro	626.861	-
Notas do Tesouro Nacional	-	2.874.310
Debêntures	1	6
Total	626.862	2.874.316
Ativo circulante	626.862	2.874.316

b) Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Rendas de aplicações no mercado aberto - Posição bancada (Nota 6b)	40.209	142.466	428.009
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	95
Total	40.209	142.466	428.104

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

Na demonstração “Balanço Patrimonial”, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “títulos para negociação” são apresentados como ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.

a.1) Composição da carteira por categoria, tipo de papel e prazo de vencimento

Vencimento em dias	31.12.2019						31.12.2018		
	Valor de mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 à 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para negociação	-	1.405	-	1.405	1.405	-	2.356.143	2.355.847	(296)
Títulos públicos	-	1.393	-	1.393	1.393	-	2.356.143	2.355.847	(296)
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.393	-	1.393	1.393	-	1.314	1.314	-
Letras do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-	2.354.829	2.354.533	(296)
Títulos privados	-	12	-	12	12	-	-	-	-
Certificado de Depósito Bancário	-	12	-	12	12	-	-	-	-
2 – Títulos disponíveis para venda	200	-	651.816	637.053	652.016	14.963	333	333	-
Títulos públicos	-	-	651.816	636.853	651.816	14.963	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	651.816	636.853	651.816	14.963	-	-	-
Títulos privados	200	-	-	200	200	-	333	333	-
Cotas de fundos de investimentos	200	-	-	200	200	-	333	333	-
Total (1 + 2)	200	1.405	651.816	638.458	653.421	14.963	2.356.476	2.356.180	(296)

a.2) Composição da carteira por rubricas de publicação e prazo de vencimento

Vencimento em dias	31.12.2019						31.12.2018		
	Valor de mercado			Total			Total		
	Sem vencimento	181 à 360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por carteira	200	1.405	651.816	638.458	653.421	14.963	2.356.476	2.356.180	(296)
Carteira própria	200	1.405	651.816	638.458	653.421	14.963	2.356.476	2.356.180	(296)

a.3) Composição da carteira por categoria e prazo de vencimento em anos

Vencimento em anos	31.12.2019					31.12.2018	
	Valor de mercado			Total		Total	
	Sem vencimento	181 à 360	A vencer entre 1 e 5 anos	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado
Por categoria	200	1.405	651.816	638.458	653.421	2.356.476	2.356.180
Títulos para negociação	-	1.405	-	1.405	1.405	2.356.143	2.355.847
Títulos disponíveis para venda	200	-	651.816	637.053	652.016	333	333

a.4) Resumo da carteira por rubricas de publicação

	31.12.2019			31.12.2018		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por carteira	1.605	651.816	653.421	2.356.180	-	2.356.180
Carteira própria	1.605	651.816	653.421	2.356.180	-	2.356.180

a.5) Resumo da carteira por categoria

Por categoria	31.12.2019		31.12.2018	
1 – Título para negociação	1.405	0%	2.355.847	100%
2 – Títulos disponíveis para venda	652.016	100%	333	0%
Valor contábil / mercado da carteira	653.421	100%	2.356.180	100%

b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	40.209	142.466	428.104
Títulos de renda fixa	14.626	15.261	542
Aplicações em fundos de investimento	12	30	40
Total	54.847	157.757	428.686

c) Reclassificações de títulos e valores mobiliários

Não houve reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários entre categorias nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e a Companhia não possui títulos mantidos até o vencimento, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

d.1) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Futuros	-	-	(388)
Total	-	-	(388)

7. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Operações de arrendamento a receber

	31.12.2019	31.12.2018
Operações de arrendamento mercantil a receber	103.855	208.924
Arrendamentos financeiros a receber	103.855	208.924
Ativo circulante	42.806	150.617
Ativo não circulante	61.049	58.307
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.823)	(208.273)
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(103.823)	(208.273)
Ativo circulante	(42.793)	(150.147)
Ativo não circulante	(61.030)	(58.126)

b) Resultado financeiro das operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Receitas de arrendamento mercantil	91.415	169.293	204.115
Arrendamentos financeiros	84.891	152.124	183.958
Lucro na alienação de bens arrendados	6.298	15.286	12.329
Recuperação de créditos anteriormente baixados como prejuízo	226	1.883	7.828
Despesas de arrendamento mercantil	(83.415)	(146.581)	(163.092)
Arrendamentos financeiros	(83.415)	(146.581)	(163.092)
Total	8.000	22.712	41.023

c) Carteira por setores de atividade econômica

	31.12.2019	%	31.12.2018	%
Setor privado	97.677	100,00%	191.718	100,00%
Pessoa física ⁽¹⁾	26	0,03%	132	0,07%
Pessoa jurídica	97.651	99,97%	191.586	99,93%
Atividades específicas da construção	18.746	19,19%	9.774	5,10%
Comércio atacadista e indústrias diversas	22.574	23,11%	10.930	5,70%
Comércio varejista	8.303	8,50%	9.128	4,76%
Serviços	35.659	36,51%	159.631	83,26%
Transportes	12.369	12,66%	2.123	1,11%
Total	97.677	100,00%	191.718	100,00%

(1) Incluem operações de crédito com outros setores de atividade econômica realizada com pessoas físicas.

Em atendimento às normas do BACEN, os contratos de arrendamento financeiro e outros créditos com característica de concessão de créditos estão apresentados em diversas contas patrimoniais, como segue:

	31.12.2019	31.12.2018
Arrendamentos financeiros a receber	103.855	208.924
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(103.823)	(208.273)
Imobilizado de arrendamento financeiro (Nota 11a)	99.166	191.552
Credores por antecipação do valor residual	(1.521)	(485)
Valor presente dos contratos de arrendamento financeiros / Outros créditos	97.677	191.718

d) Carteira de crédito por níveis de risco e prazos de vencimento

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2019	31.12.2018
Operações em curso normal											
Parcelas vencidas	7.925	59.020	11.188	2.030	17.439	-	-	-	-	97.602	190.930
01 a 30	2.019	1.905	274	107	804	-	-	-	-	5.109	14.859
31 a 60	1.462	1.905	260	107	631	-	-	-	-	4.365	14.456
61 a 90	730	1.892	260	107	631	-	-	-	-	3.620	14.241
91 a 180	712	5.663	781	321	1.841	-	-	-	-	9.318	40.589
181 a 360	1.157	11.206	1.562	641	3.224	-	-	-	-	17.790	53.316
Acima de 360	1.845	36.449	8.051	747	10.308	-	-	-	-	57.400	53.469
Parcelas vencidas	-	-	2	-	21	-	-	-	-	23	661
Até 14 dias	-	-	2	-	21	-	-	-	-	23	661
Subtotal	7.925	59.020	11.190	2.030	17.460	-	-	-	-	97.625	191.591
Operações em curso anormal											
Parcelas vencidas	-	-	-	24	16	-	-	-	-	40	78
01 a 30	-	-	-	1	4	-	-	-	-	5	4
31 a 60	-	-	-	1	4	-	-	-	-	5	4
61 a 90	-	-	-	1	4	-	-	-	-	5	4
91 a 180	-	-	-	2	4	-	-	-	-	6	8
181 a 360	-	-	-	3	-	-	-	-	-	3	15
Acima de 360	-	-	-	16	-	-	-	-	-	16	43
Parcelas vencidas ⁽¹⁾	-	-	-	2	10	-	-	-	-	12	49
01 a 14	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
15 a 30	-	-	-	1	10	-	-	-	-	11	5
31 a 60	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1	5
61 a 90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4
91 a 180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
181 a 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
Subtotal	-	-	-	26	26	-	-	-	-	52	127
Total	7.925	59.020	11.190	2.056	17.486	-	-	-	-	97.677	191.718

⁽¹⁾ Até novembro de 2019, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, era realizada a contagem em dobro dos períodos em atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN. A partir de dezembro de 2019, a Companhia deixou de adotar a contagem em dobro.

e) Constituição da provisão por níveis de risco

Nível de Risco	% Provisão	31.12.2019			31.12.2018		
		Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente	Valor das operações	Provisão mínima requerida	Provisão existente
AA	0,00%	7.925	-	-	101.752	-	-
A	0,50%	59.020	(295)	(295)	79.505	(398)	(398)
B	1,00%	11.190	(112)	(112)	10.334	(103)	(103)
C	3,00%	2.056	(62)	(62)	-	-	-
D	10,00%	17.486	(1.748)	(1.748)	30	(3)	(3)
E	30,00%	-	-	-	3	(1)	(1)
F	50,00%	-	-	-	-	-	-
G	70,00%	-	-	-	-	-	-
H	100,00%	-	-	-	94	(94)	(94)
Total		97.677	(2.217)	(2.217)	191.718	(599)	(599)

f) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Compreendem as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito.

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Saldo inicial	5.334	599	1.401
Reforço / (reversão)	(3.116)	1.738	(694)
Baixas para prejuízo	(1)	(120)	(108)
Saldo final	2.217	2.217	599

g) Concentração das operações de arrendamento mercantil

	31.12.2019	% da carteira	31.12.2018	% da carteira
Maior devedor	17.487	17,90%	59.253	30,91%
10 Maiores devedores	78.292	80,15%	183.531	95,73%
20 Maiores devedores	93.461	95,68%	191.489	99,88%
50 Maiores devedores	97.677	100,00%	191.718	100,00%
100 Maiores devedores	97.677	100,00%	191.718	100,00%

h) Movimentação dos créditos renegociados

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não tivemos renegociações de operações vencidas e não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

i) Informações complementares

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Montante de créditos recuperados, anteriormente baixados como prejuízo ⁽¹⁾	226	1.883	7.828

⁽¹⁾ Registrado no resultado na linha de Receitas da Intermediação Financeira - Receitas de Operações de Arrendamento Mercantil, conforme Resolução CMN nº 2.836/2001.

8. OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

	31.12.2019	31.12.2018
Ativo fiscal diferido – Crédito tributário (Nota 17e)	517.518	508.376
Devedores por depósitos em garantia - Contingências (Nota 20f)	33.883	36.746
Impostos e contribuições a compensar	7.494	9.224
Valores a receber de sociedades ligadas	789	844
Outros	5	5
Total	559.689	555.195
Ativo circulante	44.809	12.714
Ativo não circulante	514.880	542.481

9. OUTROS VALORES E BENS

	31.12.2019	31.12.2018
Bens não de uso próprio	638	887
Veículos e afins	638	887
(Provisão para desvalorização)	(378)	(465)
Despesas antecipadas	368	107
Despesas de serviços do sistema financeiro	45	68
Despesas de serviços técnicos especializados	127	-
Seguros	196	39
Total	628	529
Ativo circulante	583	461
Ativo não circulante	45	68

10. INVESTIMENTOS

	31.12.2019	31.12.2018
Investimentos por incentivos fiscais	23.382	23.382
(Imparidade acumulada)	(23.382)	(15.603)
Total	-	7.779

11. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

a) Imobilizado de arrendamento

	31.12.2019	31.12.2018
Bens arrendados	313.569	434.782
Veículos e afins	77.216	311.055
Máquinas e equipamentos	67.015	40.928
Móveis	1.886	852
Instalações	953	338
Sistemas de processamento de dados	8.770	3.350
Perdas em arrendamentos a amortizar	157.729	78.259
Insuficiência de depreciação	(59.501)	(53.972)
Depreciação acumulada	(154.902)	(189.258)
Total	99.166	191.552

b) Ajuste da carteira

O ajuste da carteira de contratos de arrendamento mercantil (insuficiência de depreciação) foi apurado conforme disposto na Nota Explicativa nº 3h, apresentando a seguinte posição:

	31.12.2019	31.12.2018
Valor presente	99.198	192.203
Credores por antecipação do valor residual	1.521	485
Valor presente das operações de arrendamento	97.677	191.718
(-) Valor contábil das operações	158.699	246.175
Arrendamentos a receber - Recursos internos	103.855	208.924
Rendas a apropriar de arrendamentos a receber	(103.823)	(208.273)
Valores residuais a realizar	9.042	3.605
Valores residuais a balancear	(9.042)	(3.605)
Bens arrendados	313.569	434.782
Depreciação acumulada de bens arrendados	(154.902)	(189.258)
(=) Insuficiência de depreciação	(59.501)	(53.972)

c) Depreciação acumulada total

	31.12.2019	31.12.2018
Depreciação acumulada de arrendamento mercantil	(154.902)	(189.258)
(-) Insuficiência de depreciação	(59.501)	(53.972)
(=) Depreciação acumulada total	(214.403)	(243.230)

12. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Composição

CAPTAÇÕES	Remuneração a.a. ⁽¹⁾	Data Captação	Vencimento	31.12.2019	31.12.2018
Debêntures					
Pós-fixado	de 100,00% a 111,00% do DI	2006	2027	34.109	2.305.357
Letras de Arrendamento Mercantil					
Pós-fixado	de 101,00% a 103,00% do DI	2019	2020	897.877	2.646.775
Total				931.986	4.952.132
Passivo circulante				897.877	2.646.775
Passivo não circulante				34.109	2.305.357

⁽¹⁾ As taxas de remuneração referem-se às operações existentes em 31 de dezembro de 2019.

b) Despesas com operações de captação no mercado

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Despesas de captação de recursos de aceites e emissão de títulos	(43.103)	(137.972)	(414.843)
Debêntures	(931)	(8.124)	(349.114)
Letras de Arrendamento Mercantil	(42.172)	(129.848)	(65.729)
Total	(43.103)	(137.972)	(414.843)

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	31.12.2019	31.12.2018
Passivo fiscal diferido	5.985	-
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	-	5.248
Impostos e contribuições a recolher	347	2.002
Total	6.332	7.250
Passivo circulante	6.332	7.250

b) Diversas

	31.12.2019	31.12.2018
Credores diversos – No País	1.327	1.638
Provisão para pagamentos a efetuar	6.171	4.832
Provisões para demandas cíveis (Nota 20d1)	4.367	5.091
Provisões para demandas fiscais (Nota 20d1) ⁽¹⁾	19.649	23.319
Valores a pagar a sociedades ligadas	36	33
Total	31.550	34.913
Passivo circulante	31.550	34.806
Passivo não circulante	-	107

⁽¹⁾ Inclui obrigações legais.

14. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS

a) Outras despesas administrativas

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Aluguéis	(4)	(10)	(19)
Processamento de dados	(356)	(1.136)	(1.217)
Publicações	(29)	(163)	(160)
Serviços do sistema financeiro	(176)	(227)	(686)
Serviços de terceiros	(77)	(80)	(5)
Serviços técnicos especializados	(2.619)	(3.269)	(3.538)
Emolumentos judiciais e cartorários	(292)	(633)	(724)
Seguros	(14)	(34)	(148)
Impostos e multas de bens arrendados	(17)	(75)	(813)
Despesas de contribuições filantrópicas	-	-	(194)
Outras	(2)	(4)	(2)
Total	(3.586)	(5.631)	(7.506)

b) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Atualização de depósitos em garantia	646	1.609	1.229
Recuperação de encargos e despesas	584	1.218	1.422
Variação monetária ativa	100	236	57
Outras	-	16	618
Total ⁽¹⁾	1.330	3.079	3.326

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

c) Outras despesas operacionais

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Demandas fiscais	(14.378)	(14.680)	(13.351)
Demandas cíveis	(2.545)	(4.214)	(3.685)
Outras	(103)	(190)	(965)
Total ⁽¹⁾	(17.026)	(19.084)	(18.001)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Receitas não operacionais	149	1.016	426
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	10	87	426
Reversão de perdas operacionais	139	929	-
Despesas não operacionais	(7.700)	(7.946)	(9.640)
Provisão para perdas com incentivos fiscais	(7.780)	(7.780)	(8.599)
Prejuízo na alienação de valores e bens	80	(166)	(1.041)
Total ⁽¹⁾	(7.551)	(6.930)	(9.214)

⁽¹⁾ Receitas e despesas de mesma natureza são apresentadas pelo montante líquido apurado em cada período.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 932.512 (R\$ 932.512 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 510.404 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do Lucro Líquido do período, até atingir o limite de 20% do Capital Social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida do montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

Reserva estatutária para expansão

A lei e o Estatuto Social facultam à Administração, no encerramento do período, propor que a parcela do lucro não destinada à Reserva Legal e não distribuída, caso exista, seja destinada para “Reserva Estatutária para Expansão”, com a finalidade de fazer frente aos investimentos para expansão dos negócios. Além disso, o saldo de reserva também poderá ser utilizado para pagamento de dividendos.

c) Juros sobre o Capital Próprio/ Dividendos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração distribuiu dividendos no montante de R\$ 4.012, através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de maio de 2019.

Em 31 de outubro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 11.500 pago em 13 de novembro de 2018.

Em 13 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de dividendos antecipados no valor de R\$ 18.485, sendo R\$ 9.300 através de reserva estatutária para expansão, pagos integralmente em 14 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018, os sócios aprovaram o pagamento de juros sobre o capital próprio adicionais através de reserva estatutária para expansão no valor de R\$ 10.000.

	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Lucro / (prejuízo) líquido do período	(20.321)	13.892
Destinação para reserva legal	-	(695)
Base de cálculo	(20.321)	13.197
Dividendos mínimos obrigatórios	-	3.299
Dividendos adicionais	-	5.886
Valor proposto	-	9.185
% sobre a base de cálculo	0%	70%

Remuneração aos acionistas	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$	Valor (R\$ mil)	Valor por lote de mil ações – R\$
Remunerações pagas antecipadamente	-	-	29.985	58.794,12
Dividendos	-	-	18.485	36.245,10
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	11.500	22.549,02
Remunerações a pagar	-	-	10.000	19.607,84
Dividendos	-	-	-	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	10.000	19.607,84
Remuneração referente a exercícios anteriores	-	-	30.800	60.392,16
Remuneração referente ao exercício vigente	-	-	9.185	18.009,80
Total de remuneração aos acionistas	-	-	39.985	78.401,96

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 12.973/2014 e com o Estatuto Social da Companhia, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, pro rata die, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o montante de juros sobre o capital próprio era registrado em conta de Despesa Financeira, e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis foi reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. A partir de 01 de janeiro de 2019, em atendimento aos procedimentos estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.706/2018, o reconhecimento da remuneração do capital passou a ser efetuado em contrapartida à conta de lucros acumulados ou de reservas, ou seja, não mais tramitando em contas de resultado.

d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

	2º Semestre/ 2019			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	-	14.963	(5.985)	8.978
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A	-	14.963	(5.985)	8.978
Total	-	14.963	(5.985)	8.978

	Exercício/2019				Exercício/2018			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito tributário	Saldo final
Títulos disponíveis para venda	-	14.963	(5.985)	8.978	-	-	-	-
BV Leasing - Arrendamento Mercantil S.A	-	14.963	(5.985)	8.978	-	-	-	-
Total	-	14.963	(5.985)	8.978	-	-	-	-

17. TRIBUTOS

a) Demonstração da despesa de IR e CSLL

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Valores correntes	465	465	(5.547)
IR e CSLL no País – Corrente	-	-	(5.248)
IR e CSLL no País – Exercícios anteriores	465	465	(299)
Valores diferidos	(382)	9.141	2.003
Ativo fiscal diferido	(382)	9.141	2.003
Prejuízos fiscais/Bases negativas de CSLL	(611)	7.855	(2.328)
Diferenças temporárias	229	1.404	4.995
Marcação a mercado	-	(118)	(664)
Total	83	9.606	(3.544)

b) Conciliação dos encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Resultado antes dos tributos e participações	(6.106)	(29.927)	17.436
Encargo total do IR (25%) e CSLL (20% até dezembro de 2018 e 15% a partir de janeiro de 2019)	2.443	11.971	(7.846)
Encargos sobre JCP	-	-	9.675
Outros valores	(2.360)	(2.365)	(5.373)
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	83	9.606	(3.544)

c) Despesas tributárias

	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Cofins	(826)	(1.668)	(1.771)
ISSQN ⁽¹⁾	(1.094)	(21.501)	(3.688)
PIS	(134)	(271)	(288)
Outras ⁽¹⁾	(79)	(18.680)	(594)
Total	(2.133)	(42.120)	(6.341)

⁽¹⁾ Inclui recolhimento pontual de ISS e respectivos encargos relacionados a períodos anteriores.

d) Passivo fiscal diferido

	31.12.2019	31.12.2018
Marcação a mercado	5.985	-
Total das obrigações fiscais diferidas	5.985	-
Imposto de Renda	3.741	-
Contribuição Social	2.244	-

e) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário)

	31.12.2018	Exercício/2019		31.12.2019
	Saldo	Movimentação no período		Saldo
		Constit.	Baixa	
Diferenças temporárias	28.206	3.404	(2.117)	29.493
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.737	695	(462)	1.970
Provisões passivas	12.673	976	(1.153)	12.496
Marcação a mercado	118	-	(118)	-
Outras provisões	13.678	1.733	(384)	15.027
Prejuízo fiscal/Base negativa de CSLL	480.170	8.886	(1.031)	488.025
Total dos créditos tributários ativados	508.376	12.290	(3.148)	517.518
Imposto de Renda	502.088	8.199	(2.485)	507.802
Contribuição Social	6.288	4.091	(663)	9.716

Expectativa de realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado no 2º semestre de 2019.

	Valor nominal	Valor presente
Em 2020	25.031	23.944
Em 2021	66.729	60.643
Em 2022	81.223	69.790
Em 2023	88.862	71.968
Em 2024	99.570	75.730
De 2025 a 2026	147.088	102.297
De 2027 a 2029	9.015	4.949
Total de Créditos Tributários	517.518	409.321

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, observou-se a realização parcial de créditos tributários no montante de R\$ 1.061 (R\$ 10.923 em 31 de dezembro de 2018), correspondente a 39% (71% em 31 de dezembro de 2018) da respectiva projeção anual, de utilização apurado até o semestre findo em 31 de dezembro de 2019, que constava no estudo técnico elaborado em 31 de dezembro de 2018. Considerando a realização de crédito tributário prevista para o 2º semestre, a Companhia mantém o seu nível de realização de crédito tributário em conformidade com o percentual mínimo estabelecido na Resolução 3.059.

Realização dos valores nominais de créditos tributários ativados

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2020	4%	12%
Em 2021	13%	12%
Em 2022	16%	12%
Em 2023	17%	12%
Em 2024	20%	11%
De 2025 a 2026	30%	10%
De 2027 a 2029	0%	31%

⁽¹⁾ Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes;

⁽²⁾ A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

f) Ativo fiscal diferido (Crédito tributário – Não ativado)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve saldo não constituído de crédito tributário.

18. PARTES RELACIONADAS

As operações com partes relacionadas compreendem, além das operações com o Banco Votorantim e suas controladas, o Conglomerado Financeiro Banco do Brasil e a Votorantim S.A. (dentre as principais empresas destacam-se: Votorantim Finanças, Votorantim Cimentos e Votorantim Energia).

A Companhia realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto, instrumentos financeiros derivativos. Há ainda contratos de prestação de serviços.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável, vigentes nas datas das operações. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

	31.12.2019				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	63	-	863	-	926
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	626.862	-	626.862
Títulos e valores mobiliários	-	-	12	-	12
Outros ativos	-	-	789	-	789
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(46.206)	-	(46.206)
Outros passivos	-	-	(36)	-	(36)
	2º Semestre/2019				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	40.209	-	40.209
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(5.128)	-	(5.128)
	Exercício/2019				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	142.466	-	142.466
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(24.877)	-	(24.877)

	31.12.2018				
	Conglom. Banco do Brasil	Votorantim S.A.	Banco Votorantim e Controladas	Outras	Total
Ativos					
Disponibilidades	12	-	164	-	176
Aplicações Interfinanceiras de liquidez	-	-	2.874.316	-	2.874.316
Outros ativos	-	-	844	-	844
Passivos					
Recursos de Letras imob., hipotecárias, de crédito e similares	-	-	(2.305.357)	-	(2.305.357)
Outros passivos	-	-	(10.033)	-	(10.033)
	Exercício/2018				
Resultado					
Rendas de juros, prestação de serviços e outras receitas	-	-	428.103	-	428.103
Despesas com captação, administrativas e outras despesas	-	-	(370.614)	-	(370.614)

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – VALOR DE MERCADO

	31.12.2019		31.12.2018	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo				
Aplicações interfinanceiras de liquidez	626.862	626.862	2.874.316	2.874.316
Títulos e valores mobiliários	638.458	638.458	2.356.180	2.356.180
Operações de arrendamento mercantil	97.677	102.855	191.718	198.664
Passivo				
Recursos de aceites e emissão de títulos	(931.986)	(932.127)	(4.952.132)	(4.955.501)

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas Demonstrações Contábeis, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/2009.

b) Ações fiscais

A Companhia está sujeita em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias – a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidades); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, IRPJ, CSLL, PIS/Cofins, IOF e Contribuições Previdenciárias Patronais. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem depósitos judiciais para suspensão da exigibilidade dos tributos em discussão.

c) Ações de natureza cível

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

d) Provisões para demandas fiscais e cíveis – Prováveis

A Companhia constitui provisão para demandas fiscais e cíveis com risco de perda “provável”, quantificada utilizando metodologia individualizada (contempla os processos com probabilidade de êxito do autor igual a remoto, possível ou provável) ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pela natureza das ações, pelo julgamento da Administração da Companhia, por meio da opinião dos assessores jurídicos com base nos elementos do processo, complementadas pela complexidade e pela experiência de demandas semelhantes.

A Administração da Companhia considera ser suficiente a provisão constituída para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis.

d.1) Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	Demandas fiscais ⁽¹⁾			Demandas cíveis ⁽²⁾		
	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018	2º Semestre/ 2019	Exercício/ 2019	Exercício/ 2018
Saldo inicial	23.073	23.106	9.933	5.240	5.091	4.577
Constituições	15.095	15.095	13.132	877	1.352	2.859
Reversão da provisão	(1.225)	(1.259)	(36)	(480)	(736)	(2.298)
Baixa por pagamento	(17.666)	(17.666)	(4)	(1.196)	(1.806)	(853)
Atualizações ⁽³⁾	38	39	81	(74)	466	806
Saldo final	19.315	19.315	23.106	4.367	4.367	5.091

⁽¹⁾ Referem-se basicamente a questões tributárias sobre tributos de terceiros e ISS, sendo apresentadas na rubrica Outras obrigações – Fiscais e previdenciárias.

⁽²⁾ Referem-se basicamente a ações indenizatórias, apresentadas em Outras obrigações – Diversas.

⁽³⁾ Em demandas cíveis, contempla atualizações monetárias e efeitos de remensuração de "preços unitários", que compõem a metodologia de cálculo de perdas.

d.2) Cronograma esperado de desembolsos

	31.12.2019	
	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	2.914	4.367
De 5 a 10 anos	16.401	-
Total	19.315	4.367

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

e) Passivos Contingentes – Possíveis

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Companhia. As demandas são classificadas como possível quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais ⁽¹⁾	129.871	18.307
Demandas cíveis	831	1.601
Total	130.702	19.908

⁽¹⁾ Discussão sobre incidência de ISS sobre o Valor Residual Garantido - VRG cobrado pela empresa nas operações de arrendamento mercantil realizadas no período de 2014 a 2017, cujo montante atualizado do débito totalizou R\$ 99.499. Outra discussão de valor relevante refere-se a possibilidade de distribuição do JCP acumulado com base nos lucros auferidos em exercícios anteriores, dentro do limite legal de 50% do lucro apurado no exercício de distribuição. Valores em 31 de dezembro de 2019: IRPJ R\$ 13.408 e CSLL R\$ 5.368 (IRPJ R\$ 12.677 e CSLL R\$ 5.076 em 31 de dezembro de 2018).

f) Depósitos em garantia de recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2019	31.12.2018
Demandas fiscais	24.459	23.160
Demandas cíveis	9.424	13.586
Total	33.883	36.746

g) Obrigações Legais

A BV Leasing mantém registrado em contas específicas de Obrigação Legal (rubrica Provisão para Contingências – Fiscais - Contestação Judicial da Constitucionalidade da Lei) o montante de R\$ 334 (R\$ 213 em 31 de dezembro de 2018) em decorrência da obtenção de liminar que lhe assegura o direito de não incluir as despesas com ISS na base de cálculo das contribuições para o PIS e da COFINS.

h) Ações civis públicas

A Companhia possui contingências passivas envolvendo ações civis públicas em que, baseado na opinião de assessores jurídicos e no julgamento da Administração, o risco de perda é considerado possível. Em função do estágio em que se encontram, a mensuração dos montantes envolvidos dessas ações não pode ser determinado com suficiente segurança.

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

1) Processo de gestão de riscos

A abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Conglomerado. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório e definir os mecanismos de controle dos níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de Capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada.

A Instituição dispõe de uma matriz de riscos considerados como materiais, cuja aprovação é realizada periodicamente pelo Conselho de Administração. Para cada risco listado é realizada uma avaliação do tratamento mais adequado (Gestão, Hedge / Seguros ou Capitalização) com o objetivo de direcionar a melhor forma de monitoramento e controle de cada exposição. Os riscos considerados como materiais na data-base de referência são:

- Risco de Crédito;
- Risco de Crédito da Contraparte;
- Risco de Concentração de Crédito;
- Risco de Mercado;
- Risco de Variação das Taxas de Juros da Carteira Bancária (RBAN);
- Risco de Liquidez;
- Risco Operacional;
- Risco de Reputação;
- Risco de Estratégia;
- Risco de Socioambiental;
- Risco de Modelos;
- Risco de Conformidade; e
- Risco de Contágio.

A consolidação dos riscos abrange as exposições relevantes inerentes às linhas de negócio do Conglomerado, agrupados principalmente nas seguintes categorias de riscos: de mercado, de liquidez, de crédito e operacional. Esta consolidação é feita através de processo estruturado que compreende o mapeamento, a apuração e a totalização dos valores em risco.

Os níveis de exposição a riscos são monitorados por meio de uma estrutura de limites de risco, que são incorporados às atividades diárias do Conglomerado, através de um processo estruturado de gestão e de controle, que atribui responsabilidades funcionais às áreas envolvidas. O envolvimento da Alta Administração se dá no acompanhamento e na execução das ações necessárias à gestão dos riscos.

A estrutura de governança para gestão de riscos e capital abrange a totalidade do Conglomerado Prudencial e é composta, além das respectivas equipes e diretores responsáveis por riscos e por ALM (Asset Liability Management), também por fóruns colegiados, internos e corporativos, formalmente organizados e com delegação de alçadas. Cada órgão de governança tem papel, escopo e composição definidos em normativos, que orientam sobre as regras, responsabilidades e limites de acordo com as estratégias do negócio e cenários de mercado. Os principais fóruns são:

- O Comitê de Controles e Riscos e o Comitê de ALM e Tributos são os fóruns internos de gerenciamento de riscos e capital da administração. Adicionalmente, o Comitê Executivo (ComEx) tem por atribuição o acompanhamento geral de tais temas.
- O Comitê de Riscos e de Capital (CRC) tem por função assessorar o Conselho de Administração, em conformidade com a Res. nº 4.557 do Bacen, na elaboração da estratégia de alocação de capital do Conglomerado, na observação da aplicação da declaração de apetite por riscos (RAS) e no monitoramento de riscos e capital, além de coordenar suas atividades com o Comitê de Auditoria (COAUD), a fim de facilitar a troca de informações, os ajustes necessários à estrutura de governança de riscos e de capital e garantir o efetivo tratamento dos riscos a que o Conglomerado está exposto.

O apetite de riscos consiste na declaração do risco que a Instituição está disposta a aceitar para atingir os seus objetivos, e é monitorado por meio de indicadores e seus respectivos limites. A declaração do apetite de riscos aprovada pelo Conselho de Administração reflete a expectativa da Alta Administração e norteia o planejamento estratégico e o orçamento, permeando a Instituição. A partir desta declaração, o seu monitoramento ocorre por meio de um dashboard constituído por indicadores e limites que são acompanhados mensalmente nas alçadas competentes, além de ações, monitoramentos complementares e projetos específicos.

Em linha ao estabelecido pela Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a Instituição dispõe de estruturas e políticas institucionais para o gerenciamento dos riscos aprovados pelo Conselho de Administração. Os princípios básicos observados na gestão e controle foram estabelecidos de acordo com a regulamentação vigente e práticas de mercado.

Adicionalmente, ressalta-se que a Instituição realiza o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), em linha com a Resolução CMN nº 4.557, Circular Bacen nº 3.911 e Carta-Circular Bacen nº 3.907, e o respectivo relatório é disponibilizado ao Bacen anualmente, abrangendo o plano de capital, teste de estresse, plano de contingência de capital e gestão e avaliação da necessidade de capital frente aos riscos relevantes a que a Instituição está exposta, entre outros temas.

Abaixo estão descritas as definições dos principais riscos do Conglomerado e, mais detalhes sobre o tema, podem ser observados no Relatório de Gestão de Riscos e Capital, disponível no website www.bancobv.com.br/ri, em conformidade com a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN.

a) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte (o tomador de recursos, o garantidor ou o emissor de título ou valor mobiliário adquirido), de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumentos financeiros decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; e
- Custos de recuperação de exposições de ativos problemáticos.

b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- Possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado, uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

c) Risco operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

Esta definição inclui o Risco Legal associado a inadequações ou deficiências em contratos firmados pelo Conglomerado, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Conglomerado. Entre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas e externas;
- Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Danos a ativos físicos próprios ou em uso pelo Conglomerado;
- Situações que acarretem a interrupção das atividades do Conglomerado;
- Falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); e
- Falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades pelo Conglomerado.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da flutuação nos valores de mercado de exposições detidas por uma Instituição Financeira. Estas perdas financeiras podem ser incorridas em função do impacto produzido pela variação de fatores de risco, tais como taxas de juros, paridades cambiais, preços de ações e de *commodities*, entre outros.

d.1) Análise de sensibilidade

A Companhia gerencia seus instrumentos financeiros derivativos buscando limitar oscilações de mercado decorrentes dos principais fatores de risco a que sua carteira de ativos e passivos está sujeita.

Na gestão de oscilações dos fatores de riscos de mercado da carteira de arrendamento mercantil, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos contratados com terceiros.

A análise de sensibilidade envolveu todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive os derivativos, com intenção de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*).

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*), composta por títulos públicos e privados e instrumentos financeiros derivativos, apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2019:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Manutenção	-
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Outros	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-

Para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros, praticadas no mercado, não representa impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado da Companhia. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de arrendamento mercantil e recursos de aceites e emissão de títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas nas contratações das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessas carteiras apresentarem como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge* natural), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

Nos quadros a seguir, encontram-se sintetizados os resultados para a carteira de negociação (*Trading*) e não negociação (*Banking*), apresentando os valores observados em 31 de dezembro de 2019:

Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(2.531)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(28.084)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	Variação de Taxas	Resultado
Taxa Prefixada	Risco de variação das taxas prefixadas de juros	Aumento	(54.580)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	-
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Manutenção	-
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Manutenção	-
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	-
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	-

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário Provável

A curva de juros pré-fixado sofre um choque paralelo de 10 pontos base, ou seja, todos os valores, independente do prazo, aumentam em 0,10%.

Cenário II

As taxas de juros sofrem choques paralelos de 25% da taxa referente ao prazo de um ano. A direção é escolhida de modo a gerar o pior resultado hipotético.

A taxa pré, no dia 31 de dezembro de 2019, para o prazo de um ano é 4,56%. Desse modo, toda a curva é chocada em 1,14% para mais ou para menos, conforme o resultado hipotético gerado.

Cenário III

O cenário III é montado de forma equivalente ao Cenário II, porém os choques são 50% do valor de fechamento.

d.2) Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Títulos e valores mobiliários: Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “negociação” e “disponível para venda” são contabilizados pelo seu valor de mercado, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado. Para o cálculo do valor justo, as técnicas supracitadas também são aplicadas para os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

Operações de arrendamento mercantil: As operações de arrendamento mercantil, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente do valor justo.

Recursos de aceites e emissão de títulos: Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo. Para as operações pré-fixadas, utilizou-se para o cálculo do valor justo os valores de fluxo futuro descontados considerando as taxas de mercado vigentes.

e) Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de perda (financeira ou de reputação) em função de danos socioambientais

A gestão de risco socioambiental deve observar a legislação ambiental aplicável, bem como avalia e monitora os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido, a fim de identificar, mensurar e mitigar os riscos de crédito, legal e de reputação decorrentes de eventos socioambientais inerentes às atividades de seus clientes. O gerenciamento de risco socioambiental no Conglomerado visa subsidiar a tomada de decisão das áreas competentes durante os processos de concessão de crédito, avaliação de garantias imobiliárias e homologação de fornecedores.

Os procedimentos de gerenciamento de risco socioambiental durante a concessão de crédito são realizados através de metodologias de análise que determinam o Rating Socioambiental, inserido no processo de atribuição do *Rating* de Crédito.

O Conglomerado é signatário dos Princípios do Equador, iniciativa global que estabelece diretrizes para a identificação, avaliação, e gestão de riscos ambientais e sociais em Project Finance (em operações acima de US\$ 10 milhões) e financiamentos corporativos destinados a projetos. Estas diretrizes ainda estipulam um padrão mínimo para a realização da devida diligência durante a implantação destes empreendimentos e auxiliam a tomada de decisão de crédito.

2) Processo de Gestão de Capital

A gestão do Capital no Conglomerado é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico do Conglomerado.

Em linha com a Resolução nº 4.557 do Conselho Monetário Nacional (CMN), e Circular nº 3.846 do BACEN, o Conglomerado dispõe de estrutura e políticas institucionais para o gerenciamento do capital, aprovado pelo Conselho de Administração, em consonância com o Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (ICAAP), contemplando os seguintes itens:

- Gestão de capital por meio de processo contínuo de planejamento, avaliação, controle e monitoramento do capital necessário para fazer frente aos riscos relevantes;
- Políticas e estratégias documentadas;
- Fóruns específicos para compor estratégias e efetuar a gestão do uso do Capital;
- Plano de Capital para três anos, abrangendo metas e projeções de Capital, principais fontes de captação e plano de contingência de Capital;
- Testes de estresse e seus impactos no Capital;
- Relatórios gerenciais para a Alta Administração (Diretoria e Conselho de Administração);
- Avaliação de Suficiência de Capital na Visão Regulatória e Econômica; e
- Reporte ao regulador relativos à gestão de capital, por meio do Demonstrativo de Limites Operacionais e Relatório Anual do ICAAP.

a) Suficiência de Capital (visão Regulatória)

A gestão do capital na instituição é realizada com o objetivo de garantir a adequação aos limites regulatórios e o estabelecimento de uma base sólida de Capital que viabilize o desenvolvimento dos negócios e operações de acordo com o plano estratégico da instituição.

Visando a avaliação da suficiência de capital para fazer frente aos riscos associados e ao cumprimento dos limites operacionais regulatórios, a instituição elabora anualmente um plano de Capital considerando projeções de crescimento da carteira de empréstimos e demais operações e ativos.

Mensalmente após a apuração do Patrimônio de Referência (PR) e do Capital Exigido, são divulgados relatórios gerenciais de acompanhamento do Capital alocado para riscos e os índices de capitais (Basileia, Nível I e Principal) para as áreas envolvidas.

a.1) Índices de Capital

Os índices de capital são apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192 e nº 4.193, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), respectivamente, sendo eles:

- Índice de Basileia (PR / RWA);
- Índice de Capital Principal (Capital Principal / RWA);
- Índice de Nível I (Nível I / RWA).

A partir de 1º de outubro de 2015, entrou em vigor a Circular nº 3.748, que dispõe sobre a metodologia para a apuração da Razão de Alavancagem (RA). Esta circular está alinhada com as recomendações contidas nos documentos de Basileia III, divulgadas com o objetivo de aperfeiçoar a capacidade de as instituições financeiras absorverem choques provenientes do próprio sistema financeiro ou dos demais setores da economia, propiciando a manutenção da estabilidade financeira.

A Razão de Alavancagem (RA), conforme estabelecido na circular, é definida pela razão do Nível I sobre a Exposição Total do Conglomerado. O limite mínimo da Razão de Alavancagem (RA) é de 3%, conforme Resolução nº 4.615 do Conselho Monetário Nacional.

A Resolução CMN nº 4.192/2013 define os seguintes itens referentes aos ajustes prudenciais deduzidos de forma integral do Patrimônio de Referência desde janeiro de 2018:

- (i) ágios pagos na aquisição de investimentos com fundamento em expectativa de rentabilidade futura líquidos de passivos fiscais diferidos;
- (ii) ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013;
- (iii) ativos atuariais relacionados a fundos de pensão de benefício definido líquidos de passivos fiscais diferidos a eles associados;
- (iv) participação de não controladores;
- (v) investimentos, diretos ou indiretos, superiores a 10% do capital social de entidades assemelhadas a instituições financeiras, não consolidadas, e de sociedades seguradoras, resseguradoras, sociedades de capitalização e entidades abertas de previdência complementar (investimentos superiores);
- (vi) créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias que dependam de geração de lucros ou receitas tributárias futuras para sua realização;
- (vii) créditos tributários de prejuízo fiscal de superveniência de depreciação;
- (viii) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido.

A partir de 31 de dezembro de 2018, o Conglomerado passou a considerar os efeitos da aplicação da Resolução CMN nº 4.680/2017, que autorizou às instituições financeiras a deixarem de deduzir do Capital Principal (na proporção de no mínimo 50% até 30.06.2020 e 100% até 31.12.2020) os créditos tributários de prejuízos fiscais decorrentes de posição vendida em moeda estrangeira realizada com o objetivo de proporcionar hedge para sua participação em investimentos no exterior.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais considera o Conglomerado Prudencial, a partir de 01 de janeiro de 2015, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013.

Em 31 de dezembro de 2019, o Índice de Solvabilidade (Basileia) do Conglomerado Prudencial foi de 15,10% (15,74% em 31 de dezembro de 2018).

Em atendimento a Circular nº 3.678/2013 e nº 3.716/2014 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital disponibilizadas no website: www.bancobv.com.br.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/2004 do CMN, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria instituído pelo Conglomerado Financeiro Votorantim, por intermédio da instituição Líder Banco Votorantim S.A.. O resumo do último relatório do referido Comitê foi divulgado em conjunto com as Demonstrações Contábeis do Banco Votorantim S.A. de 31 de dezembro de 2019.

b) Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Seguros vigentes em 31 de dezembro de 2019

Riscos cobertos	Valores cobertos	Valor do prêmio
Seguro garantia – Fiança para processos judiciais	31.584	211

c) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 30.06.2019	-	932.512	46.001	978.513
Absorção de prejuízo	-	-	(20.321)	(20.321)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	-	-	(20.321)	(20.321)
Saldo em 31.12.2019	-	932.512	25.680	958.192

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2018	10.000	932.512	50.013	992.525
Absorção de prejuízo	-	-	(20.321)	(20.321)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(10.000)	-	(4.012)	(14.012)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(10.000)	-	(24.333)	(34.333)
Saldo em 31.12.2019	-	932.512	25.680	958.192

	Passivos	Patrimônio líquido		Total
	Dividendos e JCP	Capital social	Reservas de capital e de lucros	
Saldo em 31.12.2017	4.149	932.512	76.106	1.012.767
Recursos provenientes da destinação de resultado	-	-	4.707	4.707
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	29.985	-	(29.985)	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(34.134)	-	-	(34.134)
Total das variações dos fluxos de caixa de financiamento	(4.149)	-	(25.278)	(29.427)
Variações sem efeito de caixa	10.000	-	(815)	9.185
Dividendos e juros sobre o capital próprio a distribuir	10.000	-	(815)	9.185
Saldo em 31.12.2018	10.000	932.512	50.013	992.525

A DIRETORIA

Alexei De Bona - Contador - CRC PR-036459/O-3

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Em cumprimento a Instrução CVM 381/03, a BV Leasing informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020.

Gabriel José Gama Ferreira
Diretor Presidente

Rodrigo Tremante
Diretor Executivo

Alexandre Witzel Ibrahim
Diretor Executivo

Marcelo Andrade Clara
Diretor Executivo

Ricardo Abraão Fajnzylber
Diretor

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria da BV Leasing Arrendamento Mercantil S.A. declara que discutiu, reviu e concordou com a conclusão expressa no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2020.

Gabriel José Gama Ferreira
Diretor Presidente

Rodrigo Tremante
Diretor Executivo

Alexandre Witzel Ibrahim
Diretor Executivo

Marcelo Andrade Clara
Diretor Executivo

Ricardo Abrahão Fajnzylber
Diretor